



Milton Luz da Conceição é graduado em Arquitetura e Urbanismo, Doutor em Geografia Humana, e Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina. É pesquisador do Núcleo de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

Como citar esse texto: CONCEIÇÃO, M. L. Mercado público: chave para conhecer Florianópolis. V!RUS, São Carlos, n. 16, 2018. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus16/?sec=4&item=4&lang=pt>>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

Resumo

As transformações de uso que sofre a arquitetura, como meio ambiente construído através dos processos de requalificação urbana, e a consequente preservação deste patrimônio edificado, metamorfoseiam os espaços públicos. Com ela, alteram-se também os complexos laços espaciais e sociais que reuniram populações em seu entorno ao longo dos anos. Laços, estes, responsáveis pela construção da memória coletiva dos diversos grupos urbanos que compõem uma sociedade. É a sensação de pertencimento a um lugar ou grupo social que acompanha as pessoas, quase como uma sombra, que aqui definimos como memória coletiva. O edifício do Mercado Público, anexo ao Centro Histórico de Florianópolis, faz parte da história pública da cidade, estando presente em seus principais momentos metamórficos. A expectativa de sua implantação e uso, como locomotora do progresso, que se avizinhava em meados do século XIX, o faz nascer já como ícone urbano. A ideia se pauta em buscar no território da cidade de Florianópolis e em sua ampliação, a ilha de Santa Catarina, marcas das transformações de uma cidade, através de uma permanência arquitetônica preservada. No entanto, os novos usos deste objeto arquitetônico o afastam da memória coletiva do grupo social envolvido em sua história. A memória coletiva presente e que ajuda a compreender um passado recente, atropelado por migrações internas, é produto do modo de produção que leva a cidade a uma abrupta aceleração em seu crescimento populacional. Estudar este tema, ou seja, a complexa captura de um espaço público, com seus laços sociais e espaciais, pelo processo de globalização e a posterior gentrificação, nos conduz a comparações com processos idênticos em países centrais. Estas comparações revelam equívocos e suscitam a necessidade de políticas sociais, que redistribuam nossas riquezas, levando a população a um novo patamar de qualidade de vida e convivência para amenizar os conflitos entre as classes sociais.

Palavras-Chave: Comércio, Defesa, Espaço público, Gentrificação, Globalização

1 Introdução

As transformações de uso que sofre a arquitetura, como meio ambiente construído através dos processos de requalificação urbana, e a consequente preservação deste patrimônio edificado, metamorfoseiam os espaços públicos. Com ela, alteram-se também os complexos laços espaciais e sociais que reuniram populações em seu entorno ao longo dos anos. Laços, estes, responsáveis pela construção da memória coletiva dos diversos grupos urbanos que compõem uma sociedade. É a sensação de pertencimento a um lugar ou grupo social que acompanha as pessoas, quase como uma sombra, que aqui definimos como memória coletiva.

O edifício do Mercado Público, anexo ao Centro Histórico de Florianópolis, faz parte da história pública da cidade, estando presente em seus principais momentos metamórficos. Esta edificação, conhecida pela população nativa apenas como “o mercado”, somada à carga de significação que traz consigo, faz parte do imaginário local desde o primeiro dia. A escala de suas formas em contraste com o entorno arquitetônico impacta o visitante. Sua localização estratégica domina toda a paisagem. A

expectativa de sua implantação e uso, proposto como locomotora do progresso que se avizinhava, despertou um sentimento de tal magnitude que, desde sua concepção, o consolida como ícone urbano.

Entenda-se por ícone construção de impacto, seja por sua localização estratégica, visibilidade, escala, forma, aparência, monumentalidade ou uso. Ícone é aquela construção que, desde a sua concepção, vem causar alguma expectativa em relação à sua implantação (HAZAN, 2008, p. 25).

O processo de preservação arquitetônica tradicional que atualmente sofre este espaço, muitas vezes, não contempla a memória coletiva presente na população. Segundo Dolores Hayden, a "memória do lugar" vai ser, de fato, a chave para o poder dos lugares históricos, na ajuda aos cidadãos para definir o seu passado comum.

2 O comércio como agente transformador

O comércio é o principal agente impulsionador desta cidade insular, que teve, como elemento gerador, um posto avançado de defesa da costa sul do Brasil.

A função comercial ganha importância a partir de meados do século XVIII (VEIGA, 1997), sendo inevitável o surgimento de um forte mercado junto ao porto militarizado. Este mercado vai ganhar um edifício que o abrigue somente na metade do século XIX. Pode se afirmar, porém, que a atividade comercial, junto ao edifício, é a locomotora do desenvolvimento econômico da cidade.

A trajetória deste espaço público vai de impulsionador da economia da Vila de Nossa Senhora do Desterro - primeiro nome da atual cidade de Florianópolis - cruza um período de estagnação econômica, que permeia toda a primeira metade do século XX, e avança à posição de principal edifício do processo de requalificação urbana do Centro Histórico da Cidade de Florianópolis, na virada do século.

O crescimento acelerado dos últimos 20 anos, que aumenta em 400% a população insular, gerando, ainda, um aumento de 500% nos municípios conurbados continentais, é um marco na história recente da cidade. Estes novos moradores, oriundos de todas as partes do país, provocaram alterações na cultura e nos costumes locais. O fenômeno provoca o desaparecimento ou a metamorfose das referências e símbolos culturais preexistentes. Este processo também se reflete sobre o território, transformando a paisagem urbana e o perfil sociocultural da cidade.

A desativação do porto (1964) e a posterior ampliação da área urbana, através de um aterro sobre uma das baías (1974), subtrai do conjunto, Mercado Público/Centro Histórico, sua relação com o mar. Toda a cidade abdica de sua presença como porto atlântico, e assiste ao edifício, catalisador deste papel, transformar-se em apenas mais uma edificação comercial. Segue-se a dinâmica urbana usual nos espaços históricos das cidades dos anos 80; toda a região e seu entorno imediato mergulham num processo de desvalorização, que facilitará sua aquisição por grandes corporações, sua mudança de uso e consequente revalorização dentro de processos gentrificadores.

Em busca dos incentivos à cultura oferecidos pelo governo federal, as gestões locais começaram a encarar o Centro também como forma de alavancar recursos, usando a sua preservação como pretexto. Dentro dessa ótica, em 04 de agosto, de 1992, é feito o tombamento de toda a área central, como Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Município de Florianópolis.

O surgimento do Ministério das Cidades (2003) auxilia na captação de muitos recursos pelos governos estadual e municipal. Vários projetos foram elaborados, porém nenhum encarado com a responsabilidade exigida. Somente em março de 2005, o governo de Santa Catarina apresenta seu primeiro projeto de preservação urbana: a reforma da Ponte Hercílio Luz (23 anos após seu fechamento). Seguem-se então vários projetos, inclusive o de reforma do edifício do Mercado Público, no bojo de dois projetos maiores chamados "Viva a Cidade" e "Centro Sapiens".

Esta reforma propõe uma restauração arquitetônica tradicional que visa somente o aspecto físico do edifício. Todo o espaço social e seus laços com o edifício, ou seja, toda a população que possui uma história dialógica com este lugar é desprezada, empobrecendo o patrimônio imaterial da cidade. Ao transformar o Mercado Público numa espécie de "Shopping Center" e espaço turístico de consumo gastronômico elitizado, expulsa-se daí, definitivamente, as classes mais populares, seus frequentadores históricos.

3 Aproximação ao centro histórico de Florianópolis

A fundação da cidade de Florianópolis, ilha de Santa Catarina, capital do Estado de mesmo nome, no Sul do Brasil, é atribuída ao bandeirante vicentista Francisco Dias Velho, em data envolta em polêmica, já que o ano de 1673, adotado pela historiografia oficial, não coincide com a data gravada em um cruzeiro de pedra, no local da construção da primeira capela: 1651 (PAULI, 1978).

O local escolhido para a fundação deste povoado é o centro da costa oeste, onde ilha e continente são separados por um canal de apenas 500 m, formando duas baías, ao sul e ao norte. Assim, temos em meados do século XVII a ocupação oficial da ilha de Santa Catarina, dentro do princípio comum da ocupação insular portuguesa: uma capela frente a um largo, ladeado das casas dos colonizadores, tudo junto à linha da costa. A baía sul foi escolhida por ser a mais abrigada. Póvoa de Santa Catarina, depois Nossa Senhora do Desterro e, em 1894, Florianópolis foram os nomes que acompanharam a evolução desse lugar através dos séculos.

A importância estratégica desta ilha na conquista portuguesa da costa sul do Brasil apresenta-se logo após sua fundação. O próprio Dias Velho, em janeiro de 1680, a mando do Governador Geral do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, funda Sacramento, a primeira tentativa de se estabelecer uma colônia (1679 / 1681), no atual território do Uruguai, às margens do Rio da Prata, em frente à Buenos Aires. Este episódio marca o ponto mais avançado ao sul da colonização lusa na América.

Em 1687, a ilha de Santa Catarina é atacada por piratas, o povoado é destruído, sua reconstrução é lenta, e só retomará sua importância a partir do início do século XVIII. Esta retomada de importância vai além das características geoestratégicas da ilha, é também consequência da descoberta da costa sul atlântica pelas grandes companhias mercantis da época, como lembra Chang (CHANG, 2009) sobre a exploração mercantil da região.

O porto do Rio de Janeiro era o principal parceiro do porto do Desterro, mas os produtos saídos daí chegavam mais longe, até Recife, no Norte, e Montevideu, ao Sul (MAMIGONIAN, 1991). A importância desta movimentação mercantil é manifestada no relato do governador da capitania, Tenente Coronel João Alberto Ribeiro, no final do século XVIII:

Em 1796 a população da ilha era de 3.757 habitantes, dos quais 2.652 brancos, 110 alforriados e 99 escravos, mais 1.027 militares. Havia 18 tendas de pano, com produtos variados desde fio de algodão até botões de ouro e prata, tecidos brancos de algodão e linho, tabaco, lã branca e colorida, meias de lã e seda, cobertores etc. 43 armazéns vendiam os alimentos, e suas mercadorias eram azeite, aguardente, algodão, manteiga, passas de uva, vinho, chá etc.. O porto este ano recebeu 116 navios, provenientes do Rio de Janeiro, Salvador, São Sebastião, Pernambuco, Goitacazes, Ilha Grande, Paranaguá, Parati, São Francisco, Laguna, Rio Grande, Santos e Biscaya. Os artesãos que atendem a população local eram: oito alfaiates, dezenove sapateiros, quatro barbeiros, quatro ferreiros, dois carpinteiros e um de cada das seguintes profissões; serralheiro, linguiceiro, pintor. Encontrava-se ainda nas tendas para a agricultura e criação de gado dois curtidores e dois veterinários. A exportação era variada: farinha de mandioca, arroz, milho, feijões, mel, açúcar, óleo de baleia, madeira, peixe seco, carne de baleia, cebolas, couro, cal, telhas, tijolos etc... (PELUSO JUNIOR, 1991, p. 44)

Esta diversificada divisão social do trabalho denuncia a intenção da administração colonial em projetar o porto do Desterro, dando destaque à importância geoestratégica da ilha, a meio caminho entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires - as duas principais cidades do litoral sul da América. Este apoio à navegação gera um comércio de abastecimento em toda a região, que vai se somar às próprias necessidades do lugar. É neste contexto que se consolida um mercado informal junto à praia, em frente ao largo da igreja (Fig. 1).



Fig. 1. À esquerda, mercado ao fundo da praça; à direita, mercado junto à praia. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2018.

A inauguração do mercado, no dia seis de janeiro de 1851, junto ao citado mercado informal, traz ao enclave uma nova etapa de desenvolvimento, que se complementarão com melhorias no porto e a ampliação da malha urbana de seu entorno.

Agora já vila de Nossa Senhora do Desterro entra no século XIX, com seu porto e mercado perfeitamente integrados ao intenso comércio costeiro atlântico sul da América. Esta integração vai fazer desse território um polo de atração sobre as correntes imigratórias. Durante o século XIX, o excedente populacional Europeu e as guerras no Oriente Médio vão provocar uma forte imigração rumo a América, em busca de melhores condições de vida. Este fluxo de imigrantes se intensifica a partir de 1850, com a chegada à ilha de europeus não ibéricos (italianos, alemães e poloneses) e contingentes do oriente próximo. A esse respeito diz Darcy Ribeiro:

A terceira configuração histórico-cultural da região sul é constituída por brasileiros de origem alemã, italiana, polonesa, libanesa, japonesa e outras introduzidas como imigrantes do século passado, principalmente em suas últimas décadas. (RIBEIRO, 1999, p. 427)

O espaço urbano em questão sofrerá um impulso de desenvolvimento repentino, em função deste acréscimo de população. Do norte da Europa os imigrantes trazem as máquinas da Revolução Industrial, e os "turcos", como eram chamados os Sírios e os Libaneses, revolucionam o comércio. Todos estes incentivos alteram as condições sociais da população, com o surgir de uma burguesia local concentradora de renda. Esta dinâmica exige um novo edifício para o Mercado Público que é inaugurado em 1899, quinhentos metros mais a oeste do edifício antigo, junto ao mar (Fig. 2).

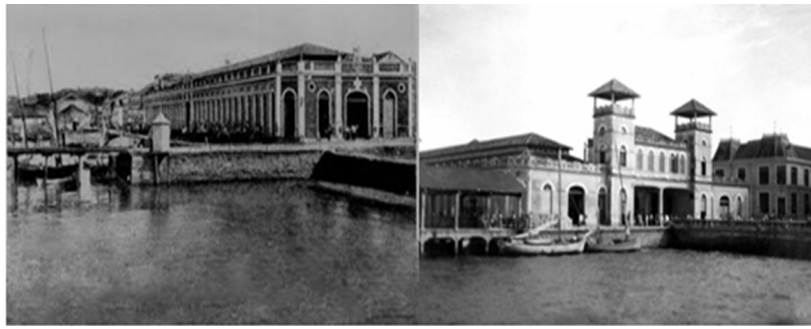


Fig. 2. O atual Mercado Público de Florianópolis foi construído em duas etapas: a primeira, entre 1896 e 1899, contava apenas com uma ala. Posteriormente, em 1912, a obra foi complementada com rampas, galpões e uma cobertura que unia toda a extensão da face que ficava voltada para o mar. Somente, entre 1928 e 1931, é que foi construída a segunda ala, bem como as torres, as pontes que as interligam e o vão central. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2018.

O século XX inaugura uma onda de desenvolvimento, com a população se heterogeneizando, aprofundando a divisão por classes, e um desejo geral de mudanças. A modernidade sustenta este desejo de mudança e a promessa da construção de uma ligação da ilha de Santa Catarina ao continente próximo materializa este desejo, como um visto de entrada de Florianópolis neste novo período. Hercílio Luz (29/05/1860 a 20/10/1924) executou essa obra no segundo de seus três mandatos (1918 a 1922) como governador. Executam-se uma série de obras, visando reformar e consolidar Florianópolis como cidade voltada para o mundo e equiparada às cidades modernas. Mesmo que seja, nesse caso, uma “modernidade periférica” no dizer de Beatriz Sarlo (SARLO, 2010), conforme Silveira da Costa:

Florianópolis não acompanhou a velocidade das reformas urbanas de cidades como o Rio de Janeiro, capital política e centro econômico do país, na época. Constituíu-se, desta forma, uma modernidade distante e periférica (COSTA, 2007, p. 16).

A formação urbana de Florianópolis se dá em torno de um rio, a atual praça XV de novembro, com a Igreja e a burguesia local ocupando o setor norte da mesma, ficando os trabalhadores e a população menos privilegiada ao sul, junto à praia. O mercado e o porto forçam a primeira expansão da malha urbana, com sua intensa movimentação. Essa primeira ocupação indicava um desenvolvimento da cidade no sentido do eixo norte-sul, sentido este já consolidado no início do século XX. Com a inauguração da ponte Hercílio Luz, a cidade sofre uma mudança no fluxo de pessoas, veículos e mercadorias que circulavam no sentido Norte-Sul, e agora passam a circular no sentido Leste-Oeste (Fig. 3).

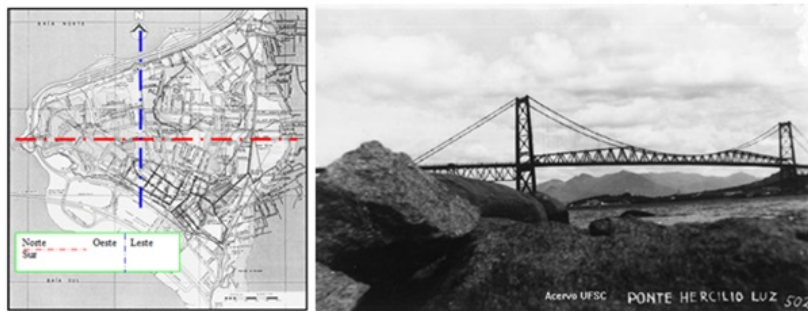


Fig. 3. À esquerda, mudança de fluxos na cidade. À direita, ponte Hercílio Luz. Fonte: Autor, sobre ilustração de VEIGA (Figura à esquerda). Acervo UFSC (Figura à direita), 2018.

Esta alteração no sentido do funcionamento da cidade terá significativa importância na consolidação de sua socioespacialidade. Entre outras questões, traça-se uma fronteira imaginária, que separa os ricos e os pobres: ricos ao norte e pobres ao sul, acirrando, durante um bom período, a desintegração destes dois grupos. Negros recém libertos, ex-marinheiros, lavadeiras, população flutuante do porto, prostitutas e comerciantes formam esta população do sul da praça XV, que se apropria dos espaços públicos e seus edifícios – o mercado, a alfândega, a prefeitura (antiga Casa de Câmara e Cadeia) a estação marítima (o miramar) –, transformando as ruas paralelas ao porto em um espaço de comércio livre, comida barata, trabalho provisório, artesanato, consertos e um forte comércio atacadista comandado por imigrantes recentes. A população, que dá a cotidianidade deste lado, ocupa os cortiços e habitações unifamiliares, sobre os espaços de comércio, e aos poucos vai se formando a primeira favela (Mocotó), sobre as encostas do morro do Antão, na saída sul do centro histórico. A população elitizada do norte da praça expande-se e passa a habitar pequenos palacetes e chácaras, junto ao mar da baía norte. Esta população só transpunha a fronteira imaginária esporadicamente, as mulheres jamais. As compras no mercado eram feitas por empregados e transportadas nas muitas carroças de aluguel (Fig. 4).



A profunda divisão social, em função da endêmica má distribuição de renda do país, divide a cidade fisicamente entre ricos, ao norte, e pobres, ao sul. A primeira metade do século XX é marcada pelo que se chama, popularmente, de “duas mortes da cidade”: sendo, a primeira, consequência da oposição florianopolitana à Revolução Federalista de 1894, o que levou parte da elite local ao fuzilamento, a nomeação de um interventor sanguinário (Moreira Cesar), além da mudança do nome da cidade (Cidade Floriana – Florianópolis) para homenagear Floriano Peixoto; e a segunda, ligada à resistência ao golpe de Getúlio Vargas (as tropas getulistas não conseguem penetrar na ilha, que resiste sitiada). O preço desta rebeldia é o isolamento físico da ilha, o que leva a uma grande estagnação, principalmente após o Estado-Novo.

4 Florianópolis e a globalização

Os reflexos das diversas fases da modernidade brasileira, a adoção do projeto rodoviário e as consequentes transformações econômicas e políticas, que se iniciam com o chamado “desenvolvimentismo brasileiro” dos anos 50, somente chegam à cidade em questão a partir dos anos setenta. A relação próxima dos militares, do golpe de março de 64, com as elites locais contempla a cidade com vários investimentos federais. A instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, a vinda da ELETROSUL (empresa federal de economia mista), a conclusão da BR-101 e outros investimentos de menor importância são exemplos disso. Impulsionada pelos PND’s dos governos de exceção e pela vitória mundial das ideias neoliberais, nos anos 80, a economia local consolida suas transformações; ou seja: aumento das riquezas e das pobreza, nunca proporcionalmente.

As elites locais e suas estruturas econômicas arcaicas têm como indício a concentração da renda de forma individual ou em pequenos grupos familiares - hábito que engessa o mercado imobiliário causando grandes vazios urbanos. Este engessamento é o oposto do que prega a nova ordem econômica mundial, o que justifica o atraso da economia local por alguns anos.

A chegada do turismo, nos anos 1970, aponta o norte da ilha como local para os investimentos nesta nova atividade. Estes investimentos, guiados pela “lógica da localização”, se concentram na costa marítima norte. A presença do turismo, como ordenador do território, é denunciada pela explosão do setor terciário local. A chegada dos grandes supermercados, shopping centers, hotéis, e o desenvolvimento dos transportes geraram uma hipertrofia na paisagem urbana do norte da ilha. O centro histórico, ou seja, o tradicional coração da cidade vai sofrer, a princípio, um processo de declínio comercial acentuado e consequente degradação física. Florianópolis não foge à velha estratégia da especulação imobiliária, que leva a degradação os centros históricos para comprá-los, posteriormente, por valores depreciados, e, imediatamente, forçar processos de revitalização urbana, por parte da administração pública, revalorizando a área e apropriando-se das rendas diferenciais. A recomposição do centro histórico se faz notar no início do século XXI. A associação entre o capital especulativo, proveniente de variadas latitudes, e o capital avaro e improdutivo, das elites locais, vão alterar a morfologia do espaço; isso através de novas tipologias arquitetônicas, sobre as áreas degradadas e recém adquiridas, somadas às reservas fundiárias dos vazios urbanos.

A população residente foi expulsa, salvo alguns poucos e antigos edifícios residenciais. O comércio popular ocupa todo o entorno do Mercado Público. Este comércio é realizado entre vendedores dos mais diversos produtos e serviços e seus clientes que, mesmo não habitando este espaço, fazem aí sua cotidianidade.

5 Turismo e gentrificação

A mudança de perfil da população de Florianópolis, a partir da segunda metade do século XX, é impressionante. A atração que a ilha de Santa Catarina passa a exercer sobre os habitantes de outros estados, devido aos progressos econômicos e ao mito da melhoria da qualidade de vida, ambos exaltados pelo marketing turístico, provocaram uma migração interna intensa. Em 30 anos, aumenta a população de 115.547 habitantes, em 1970, para 421.240, no ano de 2010 (IBGE), e a região metropolitana de Florianópolis de 192.000 habitantes para 1.012.831 (IBGE), no mesmo período. Este aumento populacional, de quase 400%, em Florianópolis, e 500%, junto aos municípios conurbados continentais, têm raízes para além do simples marketing turístico; algumas delas refletindo as conjunturas econômicas nacionais do período, outras, específicas, conectadas a questões regionais. Segundo o projeto “Observatório das Migrações em Santa Catarina”, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC):

Dos 421.240 habitantes de Florianópolis, 219.819 deles não nasceram no município, ou seja, 52,18% da população residente não são naturais da cidade. Ademais, 127.978 habitantes de Florianópolis não nasceram sequer em Santa Catarina, o que corresponde a 30,38% da população residente do município. Muitos destes novos moradores chegaram à cidade recentemente, como mostra a Tabela 1 (UDESC, 2013, p. 6).

Região ou Município	População Residente	Imigrantes nos últimos 5 anos	% da população residente que chegou nos últimos 5 anos
Santa Catarina	6.248.436	736.702	11,7
Grande Florianópolis	994.095	144.307	14,5
Florianópolis	421.240	63.215	15
São José	209.804	31.461	14,9
Palhoça	137.334	20.944	15,25

Tabela 1. População residente e migrantes nos últimos 5 anos (regiões selecionadas, em 2010). Fonte: IBGE, 2013.

Os reflexos desse aumento populacional logo se fazem sentir sobre o território. A atividade comercial, que inicialmente se concentrava no centro histórico, vai migrar para regiões imediatamente periféricas - formando aí centralidades secundárias em

novos bairros, reforçando a importância do núcleo fundante de Florianópolis. Os outros núcleos ganham nova visibilidade, suas centralidades se revigoram, provocando novas periferias no interior da ilha.

No centro histórico, o comércio mais ao norte da Praça XV foi substituído por um centro de prestação de serviços, onde grandes corporações e profissionais liberais ocupam "escritórios" em novos edifícios. As ruas foram adquirindo um aspecto homogeneizado de arquitetura contemporânea espetacularmente incrementada, nos últimos anos, pela demanda imobiliária por esta tipologia, obedecendo ao planejamento que Milton Santos chama de urbanização corporativa:

A partir de um equipamento seletivo do território, dá-se uma urbanização corporativa rapidamente crescente e despontam metrópoles e cidades corporativas, onde, de um lado, a modernização do meio ambiente construído favorece as grandes empresas e, de outro, o êxito das reivindicações dos grupos sociais vai depender de pressões corporativas. Nessas condições, parcela importante dos recursos públicos se dirige a um equipamento urbano seletivo, do interesse da economia hegemônica e das camadas sociais hegemônicas (SANTOS, 2009, p. 37).

Dentro deste quadro de profundas e radicais transformações no espaço urbano e social da Ilha de Santa Catarina, mudam-se também os valores culturais. As populações recém-chegadas, responsáveis pelo maior crescimento de uma cidade/capital brasileira em três décadas, também trazem consigo novos hábitos.

Esta nova Florianópolis, do século XXI, vê na atividade turística o seu grande projeto estratégico. Esgotada a exploração dos mitos turísticos naturais, das 42 praias, dunas de areias brancas e velas ao mar, a administração local volta-se para o centro histórico – impulsionado pelo surgimento de incentivos a cultura, por parte do governo federal –, passando a encarar este espaço como forma de alavancar recursos, usando a sua revitalização como motivação. A palavra "gentrificação" logo surge como novidade na criação de novos produtos de oferta turística. Do inglês "gentry" (fidalgo ou burguês), entende-se, no seu contexto inicial (a Inglaterra dos anos 1960), como elitização da área. Este exemplo vindo do exterior inspira as mudanças sociais e espaciais que converteram, em outras latitudes, espaços degradados em espaços elitizados. A oferta destes novos espaços se embasa em um novo tipo de consumo, mais elitizado, que mescla arte, design e vida noturna.

6 O novo Mercado Público

Dentro deste processo de reforma o novo Mercado Público foi o destaque. Este equipamento, conforme explanado ao longo do texto, sempre foi elemento catalisador da dinâmica comercial de seu entorno, fazendo a intermediação dos produtos entre o mar e a cidade.

As relações com o mar foram se ampliando, da técnica de coleta e de rudimentares armadilhas para a captura de crustáceos e peixes, graças a meios de locomoção como canoas e as mais resistentes baleiras, às redes de fibras de algodão, anzóis e arpões inicialmente importados. A caça a mamíferos aquáticos, baleias, que eram abundantes nestas latitudes, tornou-se o primeiro grande negócio relacionado aos recursos marinhos, acionado por empresa que apenas utilizou o estoque açoriano e afro-brasileiro como mão de obra. O óleo, obtido em armações, teve importância na iluminação e como impermeabilizante em construções (LAGO, 2000, p. 36).

Com o afastamento do mar (1974), sua dinâmica se modifica, porém sua função segue a mesma: um entreposto comercial, onde peixarias, açougues e hortifrutigranjeiros eram os locomotores e muitos bares e restaurantes baratos complementavam a oferta. Mascates a sua volta vendiam toda a sorte de produtos. A frequência era marcadamente popular, e este quadro vai se consolidar ao longo de quarenta anos. Em 2014, a mudança chega ao Mercado Público (Fig. 5). Após um incêndio de origem suspeita todo o mercado é fechado e alguns meses depois se inicia a reforma. Um ano depois se apresenta o novo espaço, ao custo de dezesseis milhões de reais, provindos dos cofres públicos, resultando na comercialização de 104 espaços comerciais. Dezenove dedicados à gastronomia de alto padrão, e os restantes divididos entre o comércio em geral, com ênfase em alimentos. Um teto retrátil se implantará no vão central, onde funcionarão bares que impulsionarão espetáculos noturnos.

Numa cidade de brutal desequilíbrio social é evidente que desapareça a convivência de classes no espaço coletivo. O novo espaço se torna, simplesmente pela oferta de consumo, exclusivo para as classes privilegiadas da cidade e dos turistas endinheirados. Aos milhares de populares, que frequentavam este espaço diariamente e que tiravam daí o seu sustento, restam os prometidos 160 empregos que serão gerados, segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

As mudanças socioespaciais, nas quais antigas populações são deslocadas por grupos de maior renda, são o sintoma mais identificável do fenômeno da gentrificação em todo o mundo. Mas, como já foi afirmado, existe um agravamento, na medida em que as diferenças de renda aumentam. E, no caso do território em estudo, temos uma das maiores diferenças de renda do planeta. Assim, cada espaço ressignificado ou revitalizado se transforma em espaço de consumo elitizado, gerando o aparecimento de periferias. Tais espaços urbanos, desassistidos pelo poder público e pela falta de investimentos, são amargamente degradados pela falta de infraestruturas e serviços básicos.



Fig. 5. O mercado gentrificado. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2018.

7 Conclusão

Finalmente, mesmo diante da dificuldade de explicitar em um artigo a abrangência de uma investigação em curso, apresentamos a ideia de se buscar sobre o território da cidade de Florianópolis e em sua ampliação, a ilha de Santa Catarina, marcas das transformações de uma cidade, através de uma permanência arquitetônica determinante em sua história. Estas transformações, porém, não contemplam a memória coletiva do lugar, presentes no imaginário dos grupos sociais envolvidos.

Na família dos imaginários da globalização e das técnicas, encontra-se a ideia, difundida com exuberância, de que a velocidade constitui um dado irreversível na produção da história, sobretudo ao alcançar os paroxismos dos tempos atuais. Na verdade, porém, somente algumas pessoas, firmas e instituições são altamente velozes, e são ainda em menor número as que utilizam. Pode-se dizer que a velocidade assim utilizada é duplamente um dado da política e não da técnica. De um lado, trata-se de uma escolha relacionada com o poder dos agentes e, de outro, da legitimação dessa escolha, por meio da justificação de um modelo de civilização. É nesse sentido que estamos afirmando tratar-se mais de um dado da política que, propriamente, da técnica, já que esta poderia ser usada diferentemente em função do conjunto de escolhas sociais. De fato, o uso extremo da velocidade acaba por ser o imperativo das empresas hegemônicas e não das demais, para as quais o sentido de urgência não é uma constante (SANTOS, 2001, p. 134).

Pensar a questão da cidade é fundamental, principalmente quando estas metamorfoses alijam do espaço público parcela significativa da população. Transformar locais e edifícios públicos em mercadorias para consumo turístico faz parte de estratégias predatórias. Os processos de gentrificação de espaços centrais, nos países em desenvolvimento, são geradores de favelas e espaços periféricos degradados, contribuindo para a segregação urbana tão dramática nestas cidades.

Estudar o tema, ou seja, a evolução urbana e sua captura pelo processo globalizante e a convergência aos processos urbanos, é pertinente e nos conduz a comparações com processos idênticos, em países centrais, revelando a necessidade de políticas sociais, que redistribuam nossas riquezas, levando a população a um novo patamar de qualidade de vida e convivência, amenizando, ainda, os conflitos entre as classes sociais.

Referências

- CAMPOS, N. J. **Terras comunais na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC Edições / Editora da UFSC, 1991.
- CHANG, H-J. **Maus samaritanos**. São Paulo: Elsevier, 2009.
- COSTA, S. S. **Transfigurações urbanas em Florianópolis (1880 a 1930)**. In Revista Ágora, n.29, 2007.
- HAYDEN, D. **The power of place**. Cambridge: The MIT Press, 1995.
- IBGE. **Dados de Santa Catarina**. Florianópolis, 2013.
- LAGO, P. F. **Santa Catarina: transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis: Verde Água, 2000.
- MAMIGONIAN, A. **As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina**. In Seminário O Mundo que o Português Criou. Recife: Revista Eletrônica, Fundaj, 1997.
- PAULI, E. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis: Edeme, 1978.
- PELUSO JUNIOR, V. A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. UFSC Florianópolis: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SARLO, B. **Modernidade periférica**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

UDESC. **Relatório do observatório de migrações em Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2013.

VEIGA, E. V. **Florianópolis memória urbana**. Florianópolis: UNISUL, 1997.